



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

RESOLUÇÃO CONSUP/IFSUL Nº 557, de 16 de dezembro de 2024

Aprova o Regulamento do Curso Superior de Especialização
em Ciência de Dados, Câmpus Passo Fundo.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e conforme deliberação do Conselho Superior na reunião ordinária, realizada no dia 16 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar, conforme o anexo, o Regulamento do Curso Superior de Especialização em Ciência de Dados, Câmpus Passo Fundo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Flavio Luis Barbosa Nunes
Presidente do CONSUP

Documentos Anexados:

- **Anexo #1.** Regulamento (anexado em 16/12/2024 17:16:16)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Flavio Luis Barbosa Nunes, REITOR(A)** - CD0001 - IFSRIOGRAN, em 16/12/2024 19:01:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 16/12/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 321100
Código de Autenticação: 8c3d723bc0





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CAMPUS PASSO FUNDO E CAMPUS LAJEADO**

**REGULAMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*
ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIA DE DADOS**

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O curso de Pós-Graduação lato sensu **Especialização em Ciência de Dados (ECD)** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), com sede no Câmpus Passo Fundo será regido pela Resolução Nº 293/2023, homologada pelo Conselho Superior (CONSUP) do IFSul, COMPLETAR, a qual estabelece as normas da Pós-Graduação lato sensu, no âmbito da Instituição, e pelas disposições específicas expressas neste regulamento e no projeto pedagógico do curso (PPC).

TÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS, DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

SEÇÃO I - DA CARACTERIZAÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 2º A Pós-Graduação no IFSul referencia-se na função social expressa no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Art. 3º A Pós-Graduação prepara para o mundo do trabalho, articulada ao mundo da pesquisa, atuando na formação continuada de cidadãos críticos, éticos, solidários e sensíveis por meio da educação humano- científico-tecnológica.

Art. 4º A ECD tem como objetivo proporcionar formação em metodologias e técnicas aplicadas à ciência de dados, empregando ferramentas, linguagens e ambientes computacionais para realizar a descoberta de informações e criar soluções para serem aplicadas nos mais diversos domínios de conhecimento.

Art. 5º. O ECD é um curso presencial oferecido pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), conduzindo ao título de **Especialista em Ciência de Dados**.

TÍTULO III – DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

SEÇÃO I – DO CORPO DOCENTE

Art. 6. O corpo docente do curso de Pós-Graduação *lato sensu* EDC será constituído por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de pós-graduados/as em cursos *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único. Os/as demais docentes deverão possuir, no mínimo, título de pós-graduação *lato sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas devidamente reconhecidos pelo poder público nos termos da legislação pertinente.

Art. 7. O corpo docente do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD deverá ser composto por, pelo menos, 2/3 (dois terços) de servidores(as) do quadro permanente (ativo/a ou inativo/a) do IFSul.

Parágrafo único. Servidores/as técnico-administrativos em educação (TAEs) poderão atuar como docentes no curso, nos termos da IN PROPESP Nº 01/2019.

SEÇÃO II – DO CORPO DISCENTE

Art 8. O corpo discente do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD será constituído por portadores/as de título de graduação de cursos reconhecidos pelo poder público nos termos da legislação vigente e devidamente matriculados/as no curso.

Art. 9. Discentes do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD poderão enquadrar-se nas categorias regular, especial e ouvinte em conformidade com a previsão do PPC.

Art. 10. No ato da matrícula o/a candidato/a deverá comprovar sua formação e apresentar a documentação requerida, em conformidade com os procedimentos e prazos estabelecidos.

SEÇÃO III – DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO CURSO

Art. 11. Coordenação Pedagógica do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD é a instância responsável pela gestão didático-pedagógica do curso e responsável por presidir o Colegiado de Curso. A Coordenação Pedagógica do curso deverá ser exercida por

servidor/a em exercício no IFSul, eleito/a pelo Colegiado do Curso.

Art. 12. O mandato da coordenação pedagógica do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado, por igual período, através de decisão do colegiado de curso.

Art. 13. O/a coordenador/a pedagógico/a do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD deverá possuir título de pós-graduação *stricto sensu* obtido em programas reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente.

Art. 14. O/a coordenador/a pedagógico/a do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD deverá submeter à avaliação da chefia do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX) do Câmpus Passo Fundo, todo e qualquer documento referente ao curso de especialização.

Art. 15. Caberá ao/à coordenador/a pedagógico do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD:

- I. Zelar pelo cumprimento das normativas institucionais para a pós-graduação *lato sensu*, pelo RC e pelo PPC;
- II. Convocar e presidir as reuniões do colegiado de curso;
- III. Coordenar as atividades didáticas do curso;
- IV. Dirigir as atividades administrativas da coordenação;
- V. Coordenar a elaboração da programação acadêmica, submetendo-a à apreciação do colegiado de curso;
- VI. Coordenar o planejamento de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do colegiado de curso;
- VII. Coordenar a elaboração dos editais de seleção, encaminhando-os ao colegiado de curso e ao DEPEX;
- VIII. Organizar atividades para a execução de tarefas específicas;
- IX. Decidir, *ad referendum*, assuntos urgentes da competência do colegiado de curso;
- X. Representar o curso quando necessário;
- XI. Contribuir, em nível institucional com os processos de auto avaliação do curso;
- XII. Informar a intenção de fechamento ou suspensão do curso à direção-geral do Câmpus; e
- XIII. Atuar com observância às normas institucionais vigentes.

SEÇÃO VI – DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 16. O colegiado do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD é o órgão permanente

responsável pelo planejamento, avaliação e deliberação das ações didático-pedagógicas do curso, sendo presidido pelo/a coordenador/a pedagógico/a do curso.

Art 17 Colegiado de Curso será composto por servidores/as que ministram disciplinas no curso, no mínimo 01 (um/a) Técnico Administrativo (TAE) que atue nas atividades administrativas do curso sendo presidido pelo/a Coordenador/a Pedagógico/a. O corpo discente terá garantida a participação de, ao menos, 01 (um/a) discente no colegiado, devendo ser eleito/a por meio de consulta aos pares.

Parágrafo único. O Colegiado de Curso deverá deliberar sobre questões de infraestrutura, pedagógicas, recursos humanos, bem como sobre quaisquer questões curriculares atinentes ao curso, com base na legislação educacional e referenciais institucionais vigentes.

Art. 18. As reuniões ordinárias do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD acontecerão semestralmente e o quórum mínimo qualificado para que haja a reunião será de 50% dos seus membros.

Parágrafo único. O colegiado do curso poderá ser convocado, pela coordenação pedagógica do curso, para reuniões extraordinárias.

Art. 19. O colegiado do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD será instituído por Portaria emitida pelo/a Reitor/a do IFSul.

Art. 20. Caberá ao colegiado do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD:

- I. Acompanhar, avaliar, elaborar propostas curriculares e/ou reformulações do PPC;
- II. Deliberar sobre processos relativos ao corpo discente e servidores/as do curso;
- III. Propor orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores, quando necessário;
- IV. Manifestar-se sobre os pedidos para afastamento de docentes do curso;
- V. Definir as linhas de atuação do curso;
- VI. Decidir sobre o planejamento de oferta de vagas do curso;
- VII. Analisar pedidos de aproveitamento de disciplinas, conforme previsto no PPC;
- VIII. Normatizar o processo de consulta aos servidores e discentes do curso, visando à escolha da coordenação pedagógica do curso;
- IX. Homologar as indicações de coorientação, quando solicitadas;
- X. Aprovar a oferta de disciplinas, a cada semestre, acompanhada da indicação dos/as respectivos/as docentes;
- XI. Homologar as defesas realizadas pelas bancas avaliadoras de TCC;
- XII. Decidir sobre a solicitação de prorrogação de prazo de conclusão do curso, de acordo com as normas estabelecidas pela Instituição e pelo PPC;

- XIII. Deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas por lei, ou pelo Estatuto do IFSul, na esfera de sua competência; e
- XIV. Atuar em observância às normas institucionais vigentes.

SEÇÃO V – DO INGRESSO E DA SELEÇÃO

Art. 21. A admissão de discentes no curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD será realizada por meio de processo seletivo público de caráter classificatório, respeitada a legislação específica, podendo, no entanto, haver interrupção na oferta, de acordo com a demanda e as condições operacionais da instituição.

Art. 22. O processo de admissão de discentes ao do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD será definido por edital de seleção publicado pelo Câmpus Passo Fundo, mediante comunicação oficial à PROPESP.

Parágrafo único. O número de vagas oferecido em cada processo seletivo será fixado pelo planejamento de ofertas de vagas aprovado pela Instituição.

Art. 23. A definição do processo de seleção e sua execução será de responsabilidade da coordenação pedagógica do do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD e da chefia do DEPEX do Câmpus Passo Fundo.

Art. 24. O curso do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD terá seu próprio edital de seleção, obedecendo este regulamento de curso e contendo, no mínimo:

- I. Número de vagas;
- II. Qualificações específicas do/a candidato/a;
- III. Cronograma e critérios do processo seletivo; e
- IV. Forma de divulgação dos resultados de cada uma das etapas do processo seletivo.

Parágrafo único. O edital de seleção será encaminhado pela coordenação pedagógica do curso à chefia do DEPEX para análise técnica, que encaminhará à direção-geral do Câmpus, para homologação, divulgação e publicação.

Art. 25. Como ação afirmativa, consoante a Portaria n. 13 de 11/5/2016, 10% (dez por cento) das vagas do do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD serão destinadas a pessoas autodeclaradas pretas, pardas ou indígenas e 10% (dez por cento) para pessoas com deficiência nos termos da Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade.

§ 1º No caso do não preenchimento das vagas, segundo os critérios estabelecidos no *caput* deste artigo, as remanescentes deverão ser preenchidas pelos/as demais candidatos/as do trâmite, desde que aprovados no processo seletivo do curso.

§ 2º Serão respeitados os procedimentos de comissão de heteroidentificação.

Art. 26. A não efetivação da matrícula no período estabelecido no edital acarretará a perda da vaga no do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD.

Art. 27. O ingresso no do curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD acontecerá pelo regime de final de curso, a cada 18 (dezoito) meses.

Art. 28. O processo seletivo para ingresso no curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD poderá utilizar um ou mais dos seguintes Instrumentos, a critério do colegiado, a serem definidos em edital:

- I. prova de seleção;
- II. análise de pré-projeto de pesquisa;
- III. análise de Curriculum Vitae;
- IV. entrevista;
- V. carta de intenção;

SEÇÃO VI – DA MATRÍCULA

Art. 29. A matrícula é o ato de vinculação do/a discente ao curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD.

Art. 30. O curso curso de Pós-Graduação *lato sensu* ECD terá regime de matrícula única.

Art. 31. A não efetivação da matrícula no prazo fixado no edital do processo seletivo implicará a desistência do/a candidato/a, bem como a perda dos direitos adquiridos pela classificação e a consequente convocação dos/as demais candidatos/as classificados/as para ocupar a vaga.

SEÇÃO VII – DAS ATIVIDADES CURRICULARES E DE AVALIAÇÃO

Art. 32. O **Curso de Especialização em Ciência de Dados** prevê 360 (trezentos e sessenta) horas de atividades didáticas, distribuídas em três semestres letivos.

§1º. A carga horária citada neste artigo deverá ser cumprida no prazo máximo de 18 meses, podendo ser prorrogados por mais 6 meses.

Art. 33. O aluno deve cursar obrigatoriamente todas as disciplinas ofertadas a cada semestre do curso, conforme projeto, sob pena de exclusão do curso.

Art. 34. Para disciplinas já cursadas neste curso será aceito aproveitamento até o período máximo de 2 anos de sua conclusão.

Parágrafo único - Devido ao caráter específico e interdisciplinar das disciplinas que compõem o curso não é considerado aproveitamento de quaisquer disciplinas cursadas em outro curso de pós-graduação.

Art. 35. A avaliação será feita por disciplina, incidindo sobre os indicadores de aproveitamento de frequência e notas conforme (Resolução Nº293/2023 , Art 63) .

§1º.O aluno para ser aprovado em uma disciplina deve atingir nota final superior a 6, bem como apresentar o mínimo de 75% de frequência.

§2º.O aluno que atingir nota inferior a 6 ou frequência abaixo de 75% estará reprovado na disciplina.

Art.36. O aluno que reprovar em até 3 disciplinas do curso poderá cursá-las em mais uma única oportunidade, obrigatoriamente, na edição subsequente do curso. Caso o curso não seja mais ofertado, será disponibilizada, uma única vez, a disciplina por acompanhamento

SEÇÃO VII – DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 37. A carga horária do curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Ciência de Dados, é de 420 horas, sendo 360h destinadas as disciplinas do curso e 60h reservadas, obrigatoriamente, para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Art. 38. O trabalho de conclusão (TCC) é uma atividade obrigatória do currículo do Curso de Especialização em Ciência de Dados do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Campus Passo Fundo, e tem por objetivos:

I - Consolidar os conhecimentos construídos ao longo do curso em um trabalho de pesquisa aplicada e/ou de natureza projetual.

II - Possibilitar, ao aluno, a integração entre teoria e prática.

III - Desenvolver a capacidade de síntese das vivências do aprendizado adquiridas pelo aluno.

IV - Desenvolver a capacidade de planejamento com autonomia para resolver

problemas dentro das áreas de formação.

V - Contribuir com o desenvolvimento do interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas.

VI - Promover a extensão universitária, por intermédio da resolução de problemas existentes nos diversos setores da sociedade.

VII - Estimular a construção do conhecimento coletivo e o espírito crítico e reflexivo no meio social onde se está inserido.

VIII - Estimular a interdisciplinaridade e a formação continuada.

Art. 39. Para realização do TCC é obrigatório que o aluno tenha obtido aprovação em todas as disciplinas do 1º, 2º e 3º semestres do curso.

Art. 40. O TCC deverá ser desenvolvido individualmente, em formato de artigo, contando com um orientador, obrigatoriamente vinculado com o curso, e a possibilidade de um co-orientador.

Art. 41. O TCC será caracterizado por uma pesquisa científica e/ou tecnológica aplicada, obrigatoriamente, relacionado com os objetivos do curso.

Art 42. É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de pós-graduação.

Art 43. Quando o TCC for realizado em empresas ou outras organizações, deverá ser formado um termo de autorização de consentimento para estudo, definindo os objetivos, a metodologia e a finalidade do projeto de pesquisa, contendo a permissão da instituição.

Art 44. O TCC constitui-se das seguintes etapas:

I - Desenvolvimento da proposta de trabalho de conclusão, conforme Anexo I.

II - Desenvolvimento do projeto de pesquisa, conforme Anexo II. O projeto de pesquisa deve obedecer os seguintes critérios: relevância na área do curso (acadêmico, utilidade prática do projeto, abordagem inovadora), exequibilidade e cronograma de execução, viabilidade, adequação às normas vigentes do curso e correção linguística.

III - Desenvolvimento de artigo científico no formato da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (conforme modelo disponibilizado em anexo) e defesa do trabalho perante uma banca de professores da área. Em casos omissos, em relação à metodologia científica, remete-se a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT como referência. Seu tamanho fica limitado ao mínimo de 10 e máximo de 15 páginas, conforme Anexo III.

SEÇÃO VIII – DA DEFESA DO ARTIGO E CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 45. A defesa consiste na apresentação TCC, perante uma banca constituída conforme (Resolução Nº293/2023, Art 64) sendo o orientador designado como presidente da mesma. Os membros da banca, poderão, se necessário, participar por meio de videoconferência, webconferência ou qualquer outro meio digital que permita a interação entre a banca e o aluno, explicitando-se essa informação na Ata de Avaliação.

§1º. A defesa do Artigo Final deverá ser realizada num prazo máximo de 6 (seis) meses, após ter finalizado todos os créditos (360 horas), podendo ser prorrogado por um período máximo de 6 (seis) meses.

§2º. O pedido de prorrogação de prazo para a conclusão deverá ser encaminhado à Comissão Acadêmica Local, que analisará a solicitação mediante a justificativa apresentada pelo não cumprimento do prazo e proposta de cronograma para a conclusão do curso.

Art 46. A avaliação do TCC ocorrerá através de ficha de avaliação própria, conforme Anexo VI. Encerrada a sessão, a banca examinadora reunir-se-á para decidir sobre a avaliação do trabalho, ocasião em que é lavrada e lida a ata, conforme Anexo VII, a qual é encaminhada ao Coordenador para as providências cabíveis.

§1º. A nota final do TCC resultará da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora.

§2º. A aprovação do TCC terá como referência avaliação realizada através da ficha de avaliação própria, anexo VI, com a indicação e divulgação de situação de “Aprovação”. Para efetivação da aprovação deve ser entregue, dentro do prazo determinado, a versão final do artigo com as devidas alterações que venham a ser recomendadas pela banca avaliadora.

§3º. A reprovação no TCC terá como referência avaliação realizada através de ficha de avaliação própria, anexo VI, com a indicação e divulgação de situação de “Reprovação”. Em caso de reprovação, o aluno terá o prazo de 90 dias para entrega de

nova versão do artigo e posterior banca da avaliação.

Art 47. Deverá obrigatoriamente ser entregue como documentação final do TCC, cópias do artigo científico, bem como demais documentos complementares exigidos, nas formas impressa e eletrônica.

Art 48. O IFSUL reserva-se o direito de disponibilizar os artigos científicos em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, em bibliotecas e na Internet, mediante entrega da autorização para publicação de TCC, conforme anexo VIII

SEÇÃO IX – DA ORIENTAÇÃO AO ESTUDANTE

Art. 49. No ato da matrícula, será designado um docente Orientador que acompanhará o desenvolvimento do discente ao longo do curso (Resolução Nº293/2023, Art 65) , sendo que esse orientador construirá, em conjunto com o discente, o seu plano de estudos, que inclui o projeto de pesquisa e proposta de desenvolvimento tecnológico.

Art. 50 O Professor Orientador deverá, obrigatoriamente, pertencer ao corpo docente do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, campus Passo Fundo.

§1º.Cada professor poderá orientar o máximo de 2 alunos.

§2º. O professor orientador, indicará se necessário, um co-orientador. O(s) co-orientador(es) terá(ão) por função auxiliar no desenvolvimento do trabalho, podendo ser qualquer profissional com conhecimento aprofundado e reconhecido no assunto em questão.

Art. 51. Será permitida substituição de orientador, que deverá ser solicitada por escrito com justificativa(s) e entregue ao Professor Responsável, até 60 (sessenta) dias antes do término do semestre letivo. Caberá ao Coordenador de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do Professor Orientador.

Art. 52. As atribuições do Orientador estão definidas no Art 68 da Resolução CONSUP nº 293/2023. Quando necessário poderá ser indicado como co-orientador para auxiliar o orientador nas suas atividades (Resolução Nº293/2023, Art 69). Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o(s) aluno(s) na elaboração do TCC em todas as suas fases, do

projeto do trabalho até a defesa e entrega da versão final do artigo.

II - Realizar e registrar, ao menos, três reuniões de orientação com seu(s) orientando(s) ao longo do período de elaboração do TCC.

III - Participar dos seminários de andamento e da banca final.

IV - Orientar o aluno na aplicação de conteúdos e normas técnicas para a elaboração do TC, conforme metodologia da pesquisa científica.

V - Efetuar a revisão dos documentos do TCC e autorizar os alunos a fazerem as apresentações previstas e a entrega de toda a documentação solicitada.

VI - Indicar, se necessário, a nomeação de coorientador.

VII - Avaliar a realização das correções solicitadas pela banca de avaliação dos seminários de qualificação e banca final

Art. 53. Compete ao Coordenador de Curso:

I - Providenciar, em consonância com o grupo de professores do curso, a homologação dos Professores Orientadores do TCC.

II - Homologar as decisões referentes ao TCC.

III - Estabelecer, em consonância com o grupo de professores do curso, normas e instruções complementares no âmbito do seu curso.

IV - Definir, juntamente com o grupo de professores do curso, as datas das atividades de acompanhamento e de avaliação do trabalho.

V - Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC que se constituem na apresentação do projeto do trabalho e defesa final.

VI - Efetuar a divulgação e o lançamento das avaliações referentes ao trabalho.

VII - Indicar, juntamente com o orientador, a Banca Examinadora para a avaliação dos trabalhos.

SEÇÃO X – DO CANCELAMENTO DA MATRICULA

Art. 54. O(A) discente terá a sua matrícula cancelada quando:

I - esgotar o prazo máximo fixado para a integralização do curso, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

II - for reprovado por 2 (duas) vezes na apresentação do Artigo de conclusão de curso;

III - não proceder à matrícula em disciplinas;

IV - solicitar o cancelamento;

V - ocorrer os demais casos previstos no Regimento Interno do curso.
Acrescentar itens aqui.

Parágrafo único. Após o cancelamento de matrícula, o reingresso poderá ser realizado somente mediante aprovação em novo processo seletivo.

Art. 55. Compete aos alunos:

I - Elaborar e apresentar a proposta de trabalho de conclusão, o projeto de pesquisa e o artigo do TCC em conformidade com este Regulamento.

II - Apresentar toda a documentação solicitada pelo Coordenador e pelo Professor Orientador.

III - Participar das reuniões periódicas e encontros de orientação, no mínimo três, com o Professor Orientador do TCC.

IV - Seguir as recomendações do Professor Orientador concernentes ao TCC.

V - Participar de todos os seminários referentes ao TCC.

VI - Entregar o artigo corrigido (de acordo com as recomendações da banca examinadora) nas versões impressa e eletrônica, após apreciação do professor orientador.

VII - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso.

VIII- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos, artigos científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico.

IX- Caso constatado plágio no desenvolvimento do TCC haverá uma notificação, não havendo correção ou ocorrendo reincidência, acarretará em reprovação.

SEÇÃO XI – DOS REQUISITOS PARA A CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 56. Para a conclusão do **Curso de Especialização em Ciência de Dados**, e obtenção do respectivo título de Especialista, o discente deve:

- I. Totalizar as 360 (trezentos e sessenta) horas de atividades didáticas;
- II. Ter sua Monografia ou Artigo Final aprovada/o;
- III. Entregar a versão final da Monografia ou Artigo de Conclusão Final;

Disposições Finais

Art. 57. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Gestor, com a possibilidade de recurso à Câmara de Pesquisa e Pós-graduação do IFSul.

Art. 58. O presente regulamento pode ser revisto pelo Colegiado do Curso.

Art. 59. Este regulamento previamente aprovado no comitê gestor entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Superior do IFSul.

Passo Fundo-RS, 19 de novembro de 2024.

Documento Digitalizado Público

Regulamento revisado

Assunto: Regulamento revisado
Assinado por: Joao Brezolin
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Joao Mario Lopes Brezolin, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD4 - PF-DEPEX**, em 19/11/2024 23:03:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/11/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 770625
Código de Autenticação: 941adea7d3



Documento Digitalizado Público

Regulamento

Assunto: Regulamento
Assinado por: -
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples